



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18032 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO EM UM MUNICÍPIO DA BAHIA:
APONTAMENTOS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Eugênia da Silva Pereira - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/UESC

A EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO EM UM MUNICÍPIO DA BAHIA: APONTAMENTOS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo discutir sobre o acesso da Educação Infantil das crianças de uma comunidade rural, situada em um município do estado da Bahia (Brasil), a partir da política de fechamento das escolas no campo e dos deslocamentos das crianças para acessar a escola no contexto urbano. O estudo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que tem como objetivo central compreender como as crianças de uma comunidade rural experienciam o deslocamento campo-cidade para acessar a escola nucleada em área urbana.

O contexto da pesquisa é um município em que 103 escolas foram fechadas nas comunidades rurais, no ano de 2005. Desde esse período houve a implementação da nucleação extracampo, e as crianças de várias localidades são obrigadas a se deslocarem no transporte escolar do campo para acessar a educação na cidade, inclusive a Educação Infantil. Aquelas que residem próximo de um dos três distritos rurais do município acessam a escola nucleada no Distrito, mas precisam utilizar o transporte escolar também em decorrência das distâncias entre as comunidades e as instituições.

A centralidade do estudo para a tese não é a Educação Infantil, tendo em vista que no ônibus escolar se deslocam crianças dessa etapa e dos anos iniciais

do Ensino Fundamental, bem como adolescentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino médio. No entanto, a pesquisa de campo evidenciou que o processo de deslocamento é agravante com a Educação Infantil por representar uma política na contramão da legislação. Isso porque as crianças de 4 e 5 anos de idade da comunidade se deslocam para acessar a pré-escola na cidade, mas bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade não têm acesso a creche nem no campo, nem na cidade, dada as condições de deslocamento para elas e suas famílias.

Assim, problematizamos neste texto algumas questões que a pesquisa tem suscitado: Como as crianças enfrentam esse deslocamento casa-escola e campo-cidade? Quais as consequências da negação do direito à educação no trajeto das crianças do campo para a escola na cidade? Para responder as questões do estudo optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2006), em que se buscou compreender as experiências das crianças no processo de deslocamento do campo para a escola na sede da cidade. A pesquisa partiu da perspectiva etnográfica, inspirada na etnografia em movimento (Müller e Sousa, 2023), sobretudo em um ônibus escolar com crianças da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental durante o ano letivo de 2023 e início de 2024.

Para realização da pesquisa de campo optou-se pelo acompanhamento e observação das crianças desde suas casas até a escola, durante o trajeto a pé na comunidade, nos pontos de espera e dentro do ônibus escolar. Para registro desses percursos foi utilizado o diário de campo e fotografias utilizando o celular. Todo esse processo teve como base os princípios da pesquisa com crianças (Corsaro, 2005; Delgado e Müller, 2005) e da ética para assegurar o direito das crianças na participação voluntária e confidencial. Desse modo, o estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da universidade em que está vinculado e foram assinados os documentos pelas famílias - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como pelas crianças - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Como já mencionado, neste texto, discutimos apenas os aspectos vinculados à Educação Infantil, sobretudo dados referentes à legislação, tendo em vista que o material de campo ainda será analisado e aprofundado na tese. Dessa forma, optamos por apresentar as reflexões a partir da construção teórica e das análises preliminares dos dados de campo mais gerais, que revelam os impactos do deslocamento na vida cotidiana das crianças e suas famílias.

Assim, este texto aborda reflexões sobre a Educação Infantil do/no Campo, com a inclusão das crianças das águas e das florestas; contextualiza o processo de nucleação extracampo das escolas no município pesquisado e os deslocamentos das crianças; discute os impactos desse processo na vida das crianças da Educação Infantil e, por fim, apresenta as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Infantil do/no campo: um diálogo sobre as crianças em diferentes territórios rurais

A Educação Infantil das crianças do campo é uma área de pesquisa (Vieira et al, 2023) que tem se constituído na política educacional e no meio acadêmico nos últimos quinze anos (Silva e Coelho, 2023). É uma área que articula a Educação Infantil, a Educação do Campo, das águas e das florestas, incluindo a diversidade de sujeitos que a integram: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, entre outros povos que vivem dos e nos territórios rurais do Brasil.

Assim, o uso “do” e “no” campo reafirma as especificidades da identidade e do território dos sujeitos. É a compreensão que a Educação do Campo expressa uma Pedagogia do Oprimido, dos camponeses (Caldart, 2010), e revela o direito das pessoas terem acesso à educação no lugar onde vivem, com sua cultura respeitada (Caldart, 2011) nas práticas pedagógicas e no currículo escolar. Essa Pedagogia interroga a Educação Infantil das crianças do campo no sentido de considerar suas particularidades e singularidades, nos diferentes contextos que produzem seus modos de vida no campo brasileiro.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo nasce como projeto de sociedade, na década de 1990, em contraposição a educação rural que, historicamente, considerou o campo como lugar do atraso e o povo que nele vive com o estereótipo de inculto e ignorante (Arroyo, 2020). Com o avanço da luta de movimentos sociais camponeses e universidades surgiram conquistas no âmbito político-pedagógico e na legislação, dentre elas, o reconhecimento da diversidade dos povos (Brasil, 2010) que constroem o campo brasileiro. Essa inserção tem ampliado o olhar de militantes, pesquisadores e pesquisadoras para incluir também essas populações na concepção em construção: Educação do Campo, das águas e das florestas.

Nesta perspectiva, a educação das crianças nestes contextos tem sinalizado para a necessidade de uma lente teórico-prática que considere as infâncias espacializadas, territorializadas e localizadas (Silva e Barbosa, 2023) para dar visibilidade às diversas infâncias que ocupam os territórios rurais no Brasil. Dessa forma, Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas amplia os olhares sobre as especificidades das crianças e infâncias.

Apesar de alguns passos dados na legislação, nas políticas, nas práticas e na construção teórica da Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas, ainda é preciso problematizar a negação do direito à educação das

crianças nestes contextos. É nessa perspectiva que este trabalho analisa um contexto em que crianças de uma comunidade rural se deslocam diariamente para estudar na escola nucleada na sede urbana do município por não terem o direito à Educação Infantil efetivado próximo de suas residências.

2.2 A Educação Infantil no campo e os aspectos legais

A disparidade entre o direito na legislação e a efetivação na realidade dos sujeitos do campo é identificada em diferentes regiões do país, como evidencia a Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais” (Brasil, 2012). Apesar do avanço na visibilidade da Educação Infantil do Campo, ao longo dos anos, as tensões e desafios envolvem questões estruturais na política educacional específica das crianças do campo (Silva e Coelho, 2023).

Neste sentido, o primeiro aspecto a ser destacado na contradição da política de fechamento e nucleação extracampo das escolas no município pesquisado é a negação do direito à educação a todas as pessoas, garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988), e a oferta da Educação Infantil próxima da casa das crianças, direito este reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Essas duas importantes legislações são retomadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996), que reafirma a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

Seguindo essa perspectiva, as Diretrizes complementares da Educação do Campo (Brasil, 2008) garantem que o acesso das crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser oferecidos na própria comunidade, perto da residência das crianças. Essa mesma legislação define que a nucleação deve ser evitada, principalmente quando envolve o deslocamento para a cidade e das crianças pequenas. O artigo 3º garante que a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser oferecidos sempre nas comunidades rurais (Brasil, 2008), direitos negados no município pesquisado.

Além disso, essa legislação garante ainda a necessidade de diálogo com a comunidade quando for extremamente necessário o processo de nucleação para discutirem as melhores condições de oferta da educação. Outro cuidado é a garantia de um deslocamento em menor tempo possível, em comunidades rurais do entorno, ou seja, nucleação intracampo para garantir o direito das crianças estudarem mais próximo de casa. Essas são situações negligenciadas pelo município pesquisado, que contraria os aspectos legais, nega os direitos das crianças e provoca impactos negativos na vida delas, como apresentado na sequência.

2.3 Resultados e discussões da pesquisa

Os dados da pesquisa revelam que os deslocamentos das crianças é marcado por diversos desafios. As crianças percorrem diariamente entre 20 a 25 quilômetros de estradas na ida para a escola na cidade e mais 20 a 25 quilômetros na volta para casa no campo. Esse deslocamento é realizado no ônibus escolar no tempo de aproximadamente 1 hora da comunidade rural até a escola na sede da cidade, quando não há intercorrências no percurso ou no transporte.

Dentre os desafios enfrentados pelas crianças observamos: incidentes na estrada, problemas técnicos no veículo, poeira, calor, chuva, estradas ruins. Estas situações interferem e definem o tempo no percurso das crianças, que pode demorar mais que o previsto. O deslocamento também é marcado por sono, cansaço, dores de cabeça, necessidades essenciais como beber água, sobretudo em dias mais quentes, entre outras dificuldades. Estudos (Santos, 2008; Yamin e Menegat, 2013) realizados em outros contextos revelam situações e problemas similares no deslocamento das crianças do campo para escolas na cidade.

Não é apenas o descumprimento de uma legislação, é a negação de um direito das crianças acessarem a escola perto de suas casas e poderem ter tempo de brincar na comunidade. Com o tempo de brincar interrompido das suas rotinas, as crianças inventam e reinventam o percurso de deslocamento nas interações entre amigos e familiares que também utilizam o transporte escolar. Ainda que esse percurso casa-escola seja desafiador elas, as crianças, ressignificam o trajeto por meio de estratégias de resistência ao tempo de deslocamento.

Uma das formas de tornar esse caminho menos cansativo e entediante, como demonstrou uma menina durante a pesquisa, são as brincadeiras que elas criam com as diversas linguagens com o corpo. São brincadeiras individuais e coletivas, que tornam possível diante do ônibus em movimento, como as mímicas, músicas, brincadeiras com as mãos. São diferentes modos de estar e viver o deslocamento e torná-lo possível. Há ainda crianças que dormem durante o percurso, outras que desenham ou brincam com os próprios materiais escolares. Diante disso, o processo de deslocamento revela contradições entre a negação do direito à educação no campo e um itinerário de muitos desafios para as crianças da pré-escola que iniciam uma jornada longa para acessar a escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi discutir sobre o acesso da Educação Infantil das crianças de uma comunidade rural, em um município baiano, diante do processo de fechamento das escolas no campo e dos deslocamentos das crianças para acessar a escola no contexto urbano. A pesquisa em andamento tem evidenciado que as crianças enfrentam desafios diários para acessar o direito à educação, especialmente a Educação Infantil, tendo em vista que são crianças a partir de 4 anos de idade que se deslocam no transporte escolar.

Os dados têm revelado que além da invisibilidade de bebês e crianças de 0

a 3 anos de idade que não tem garantido o direito à creche, as crianças da pré-escola enfrentam um percurso de aproximadamente 1 hora dentro do ônibus escolar para ter acesso à Educação Infantil. Dentre os maiores desafios enfrentados pelas crianças estão as intercorrências com o transporte escolar e com as estradas, que aumentam o tempo de deslocamento da casa na comunidade rural até a escola na cidade, bem como provocam sono nas crianças e cansaço.

Para preencher o tempo de deslocamento e minimizar essas situações, as crianças criam estratégias de resistirem diante desse processo de negação dos seus direitos de terem uma escola perto de suas casas. Elas brincam de modo individual e coletivo, utilizando principalmente o próprio corpo para produzirem suas brincadeiras ou os materiais escolares.

Diante dos resultados preliminares, o estudo nos convida a pensar em formas de lutar para efetivação das políticas já existentes para garantia dos direitos das crianças do campo, sobretudo o direito a uma Educação Infantil perto de suas casas, que leve em consideração seus tempos e espaços culturais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Memórias de Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos, et al (org.). **Dossiê Educação do Campo**: documentos 1998-2018. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

BRASIL. **Pesquisa Nacional**: caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Brasília, DF: MEC/UFRGS, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579:educacao-infantil&Itemid=1152. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.352, 04/11/2010. **Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, DF: 2010.

BRASIL. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo**. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 28 de Abril de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1988.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In.: CALDART, Roseli Salete. *et al* [org]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola

Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p. 257-265).

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In.: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castgna. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005.

MINAYO, Maria Cecília S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9 edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MÜLLER, Fernanda. SOUSA, Emilene Leite de. Etnografias em movimento: deslocar-se com as crianças pela cidade. In: A infância urbana nas ciências sociais - problemáticas e desafios metodológicos. **Revista Civitas: Revista em Ciências Sociais**. PUC-RS, 2023.

SANTOS, Fábio Josué dos. Alunos e alunas da roça na escola da cidade: desafios para a Educação básica inclusiva no estado da Bahia. In: **Anais** do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro. CET/UnB, agosto de 2008.

SILVA, Ana Paula Soares da; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Educação Infantil das Crianças do Campo, das Águas e das Florestas: pertencimento, pluralidade e singularidade. **Retratos da Escola**, 17(39), 2023. <https://doi.org/10.22420/rde.v17i39.1910>

SILVA, Ana Paula Soares da; COELHO, Rita de Cássia de Freitas. A construção recente da política da educação Infantil das crianças do campo no Brasil. In.: VIEIRA, Emilia Peixoto, *et al.* **Crianças, Infâncias e educação Infantil do campo: Diversidades e conexões Brasil e França**. Pedro e João, 2023.

VIEIRA, Emilia Peixoto, *et al.* **Crianças, Infâncias e educação Infantil do campo: Diversidades e conexões Brasil e França**. Pedro e João, 2023.

YAMIN, Giana Amaral; MENEGAT, Alzira Salete. Odeio andar de ônibus!: O que dizem as crianças assentadas sobre o transporte escolar. In.: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves. (Orgs). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Resumo:

Este texto objetiva discutir sobre o acesso da Educação Infantil das crianças de uma comunidade rural, situada em um município do estado da Bahia. O estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que tem como base o contexto de um município que optou pela política de fechamento das escolas no campo e deslocamentos das crianças no transporte escolar para a sede da cidade. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, perspectiva etnográfica, inspirada na etnografia em movimento. Os resultados evidenciam que as crianças enfrentam desafios diários para acessar o direito à

Educação Infantil, dentre eles, o tempo de deslocamento da casa até a escola, que provoca sono nas crianças, cansaço e intercorrências com o ônibus escolar. Apesar dos desafios, as crianças ressignificam o trajeto casa-escola por meio de estratégias de resistência, como as brincadeiras nos pontos de espera e dentro do ônibus escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Crianças do campo. Deslocamento. Casa-escola.